

# PERFIL DA MAGISTRATURA LATINOAMERICANA



**FLAM**  
FEDERACIÓN  
LATINOAMERICANA  
DE MAGISTRADOS



**AMB**  
Associação dos  
Magistrados  
Brasileiros



**CENTRO DE  
PESQUISAS JUDICIAIS  
DA AMB**

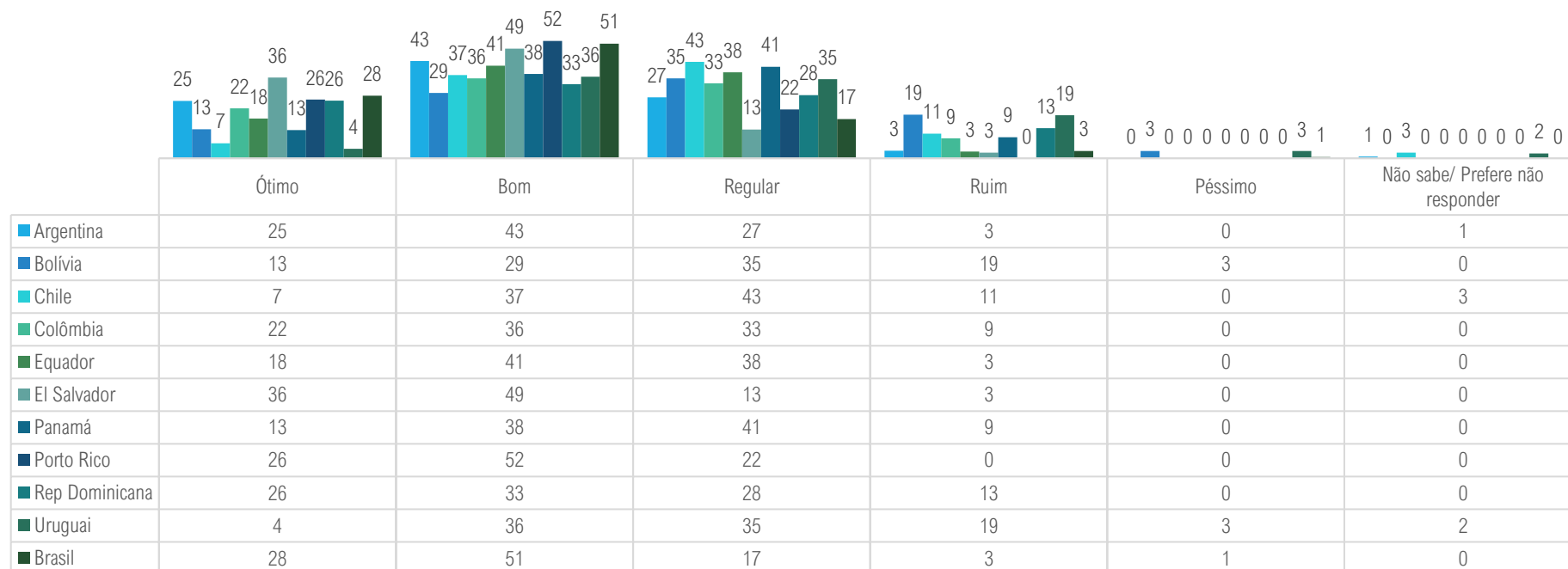


## SAÚDE DO(A) MAGISTRADO(A)

---

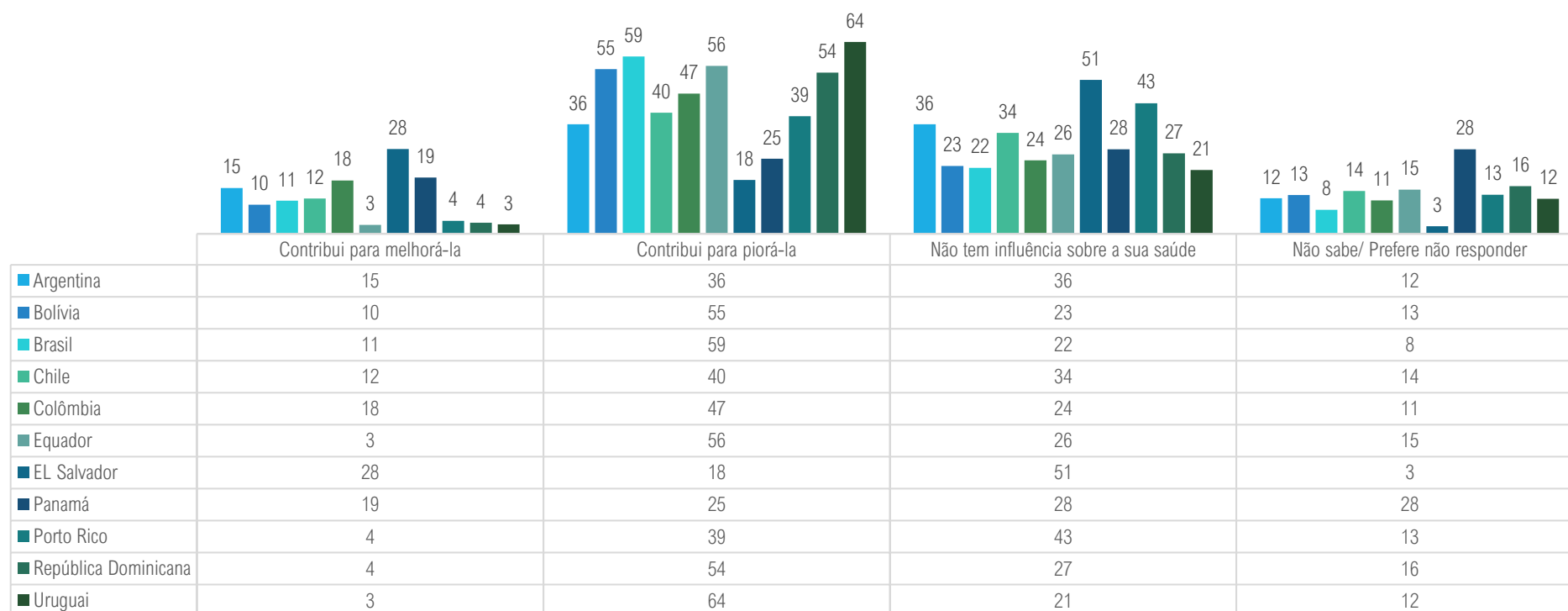
### Autoavaliação do atual estado de saúde

A pesquisa mostra que a maioria dos magistrados e magistradas participantes consideram que estão em boa ou ótima saúde. No Brasil, 28% afirmam se sentir ótimos em relação ao seu estado de saúde e 51% se sentem bem. O país com o maior percentual de "ótimo" foi El Salvador, com 36%, enquanto o país com o menor percentual foi o Uruguai, com 4%. Quando consideramos as classificações "bom" e "ótimo", El Salvador (85%), Brasil (79%) e Porto Rico (78%) lideram. No Uruguai, apenas 4% dos magistrados e magistradas se sentem ótimos e 36% se sentem bem. No entanto, há uma porcentagem significativa de magistrados e magistradas que responderam estar com saúde regular ou ruim, com destaque para o Chile, 43% e Panamá, 41%. A porcentagem combinada de regular e ruim é mais elevada na Bolívia (55%), Uruguai (54%) e Chile (54%).



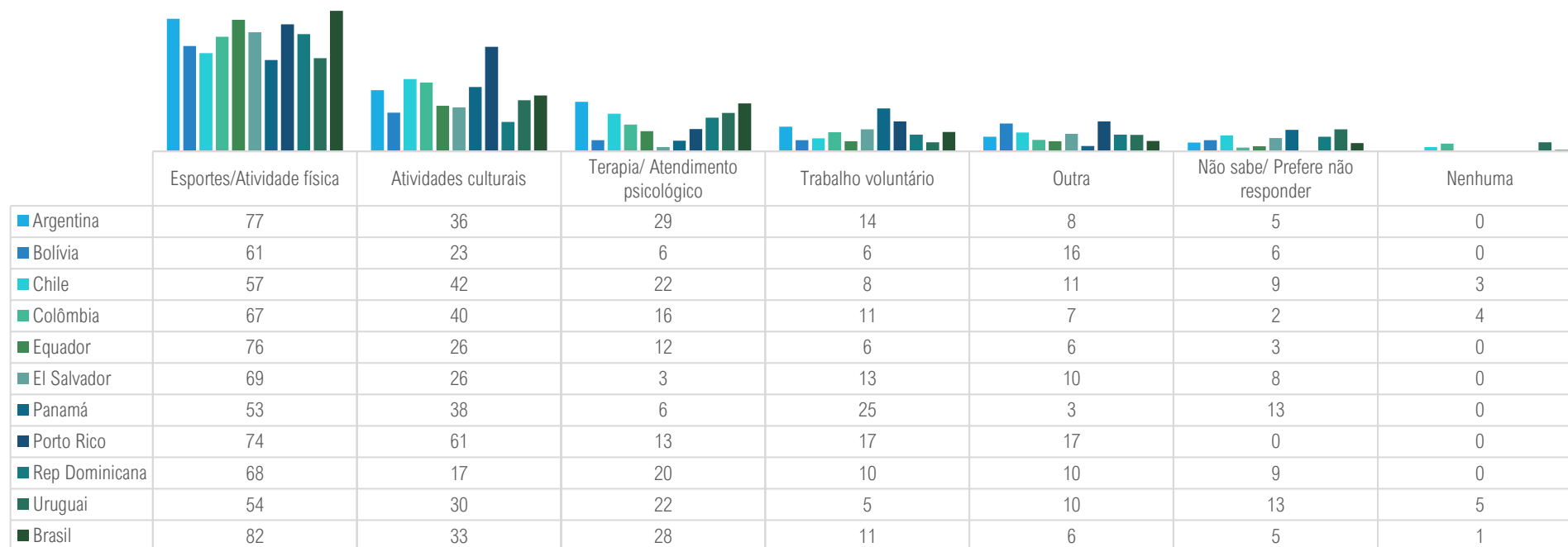
### Opinião dos magistrados e magistradas respondentes sobre a influência da atuação na saúde

A profissão de magistrado pode ter um efeito significativo na saúde dos magistrados. Em todos os países pesquisados, a maioria dos respondentes afirmou que sua atividade profissional piorou sua saúde. Somente uma pequena parcela relatou que melhorou sua saúde. O Uruguai teve o maior número de magistrados que afirmaram que sua atuação prejudicou sua saúde, com 64%, seguido pelo Brasil e Equador, com 59% e 56%, respectivamente. Em contrapartida, magistrados salvadorenhos foram os que mais afirmaram que sua atuação melhorou sua saúde, com 28%, seguidos por magistrados panamenhos e argentinos, com 19% e 15%, respectivamente.



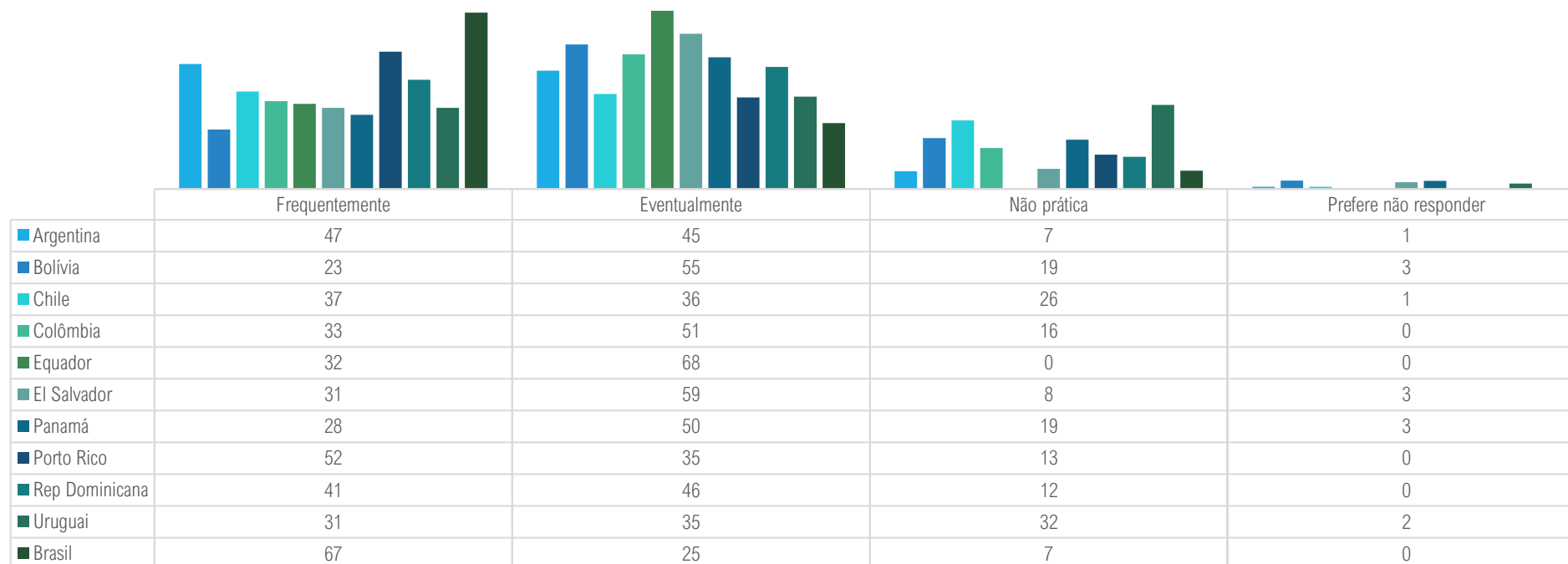
### Magistrados e magistradas respondentes por atividades que realiza para melhorar a saúde e qualidade de vida

De acordo com a pesquisa, a maioria dos magistrados respondeu que realizam atividades para melhorar sua saúde e qualidade de vida. A atividade mais comum é o esporte ou atividade física, com os maiores percentuais de prática nos países Brasil, Argentina, Equador e Porto Rico. Em seguida, os magistrados realizam atividades culturais, e em terceiro lugar, terapia ou atendimento psicológico. Entre 1 e 5% dos respondentes afirmaram não praticar nenhuma atividade, enquanto 5% não responderam ou não souberam responder.



## Frequência na prática de atividade física

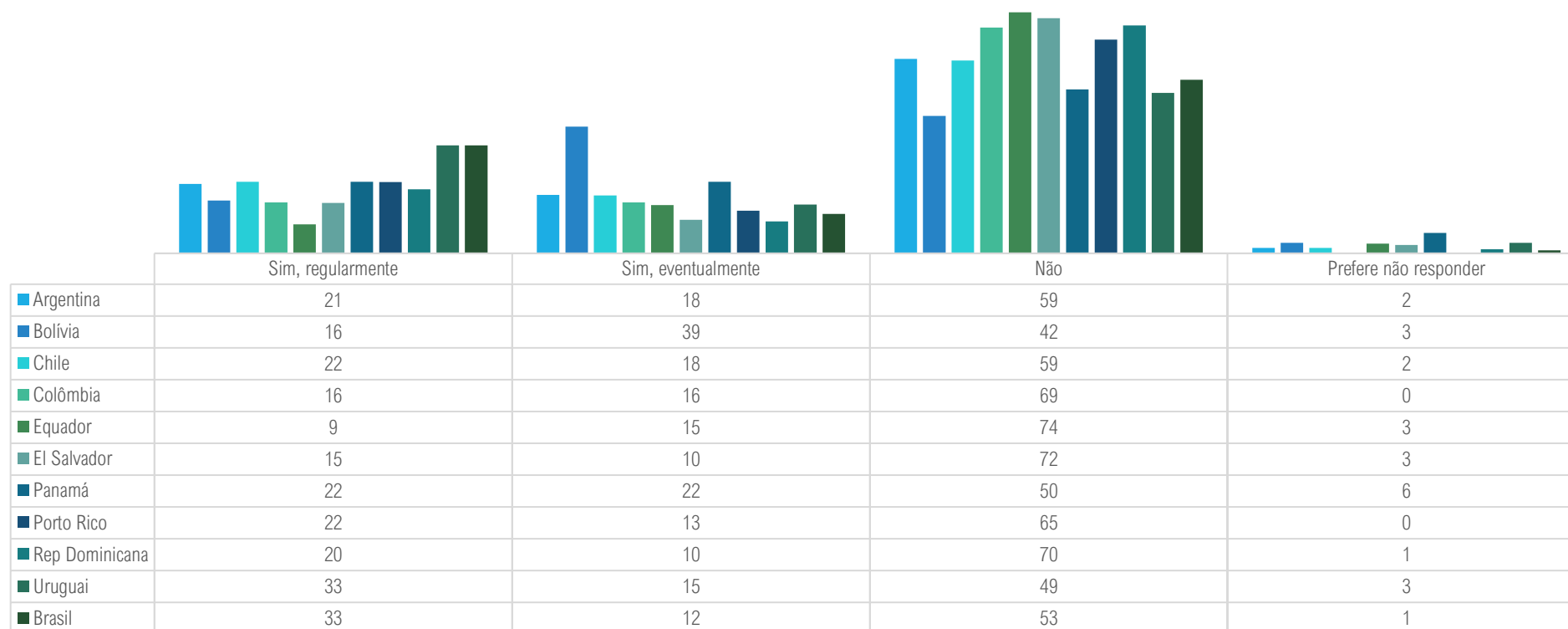
A pesquisa indica que a maioria dos magistrados respondeu praticar atividade física com frequência. Os países com os maiores percentuais de praticantes são o Brasil (67%) e Porto Rico (52%). Já os países com maiores percentuais de não-praticantes são Uruguai (32%) e Chile (26%). Os países com menores percentuais de não-praticantes são Equador (0%), seguidos de Argentina e Brasil, ambos com 7%.



## Utilização de medicamentos para controle de estresse, ansiedade ou outra condição de saúde decorrentes da atividade profissional

De acordo com as respostas obtidas, a maioria dos magistrados e magistradas dos países analisados declarou não tomar medicamentos para controle de estresse e ansiedade ou qualquer outra condição relacionada às suas atividades profissionais. No entanto, a porcentagem de que relataram tomar esses medicamentos regularmente varia de 16% na Bolívia e Colômbia até 33% no Brasil e Uruguai. A porcentagem dos que informaram o uso eventualmente varia de

10% em El Salvador e República Dominicana até 39% na Bolívia. Por outro lado, aqueles que afirmaram não se medicarem variam de 42% na Bolívia até 74% no Equador. Por fim, poucos optaram por não responder, com índices entre 0% na Colômbia e 6% no Panamá.



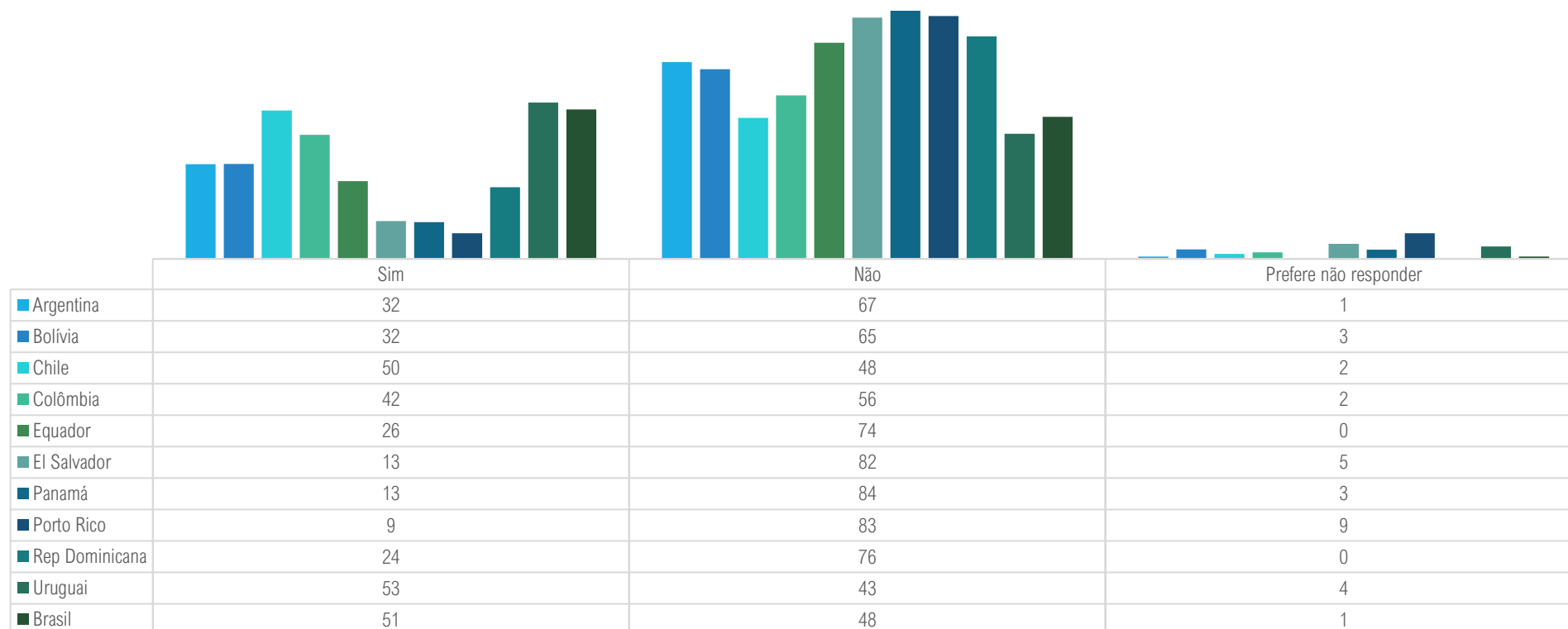


---

## **Necessidade de intervenção médica, psicológica ou psiquiátrica após o ingresso na carreira**

A maioria dos magistrados e magistradas respondentes, nos países listados, afirma não ter necessitado de tratamento médico, psicológico ou psicanalítico por problemas ou dificuldades emocionais ou psíquicas desde que ingressaram na magistratura. Por outro lado, dentre os que afirmam necessitar, a porcentagem varia entre 9% (Porto Rico) e 53% (Uruguai). No Brasil e no Chile, a porcentagem é de 51% e 50%, respectivamente. O número de magistrados e magistradas que optaram por não responder a essa pergunta também é considerável, alcançando até 9% em Porto Rico. Tal fato pode indicar que há certa resistência em abordar o tema ou maior sensibilidade em relação a ele.

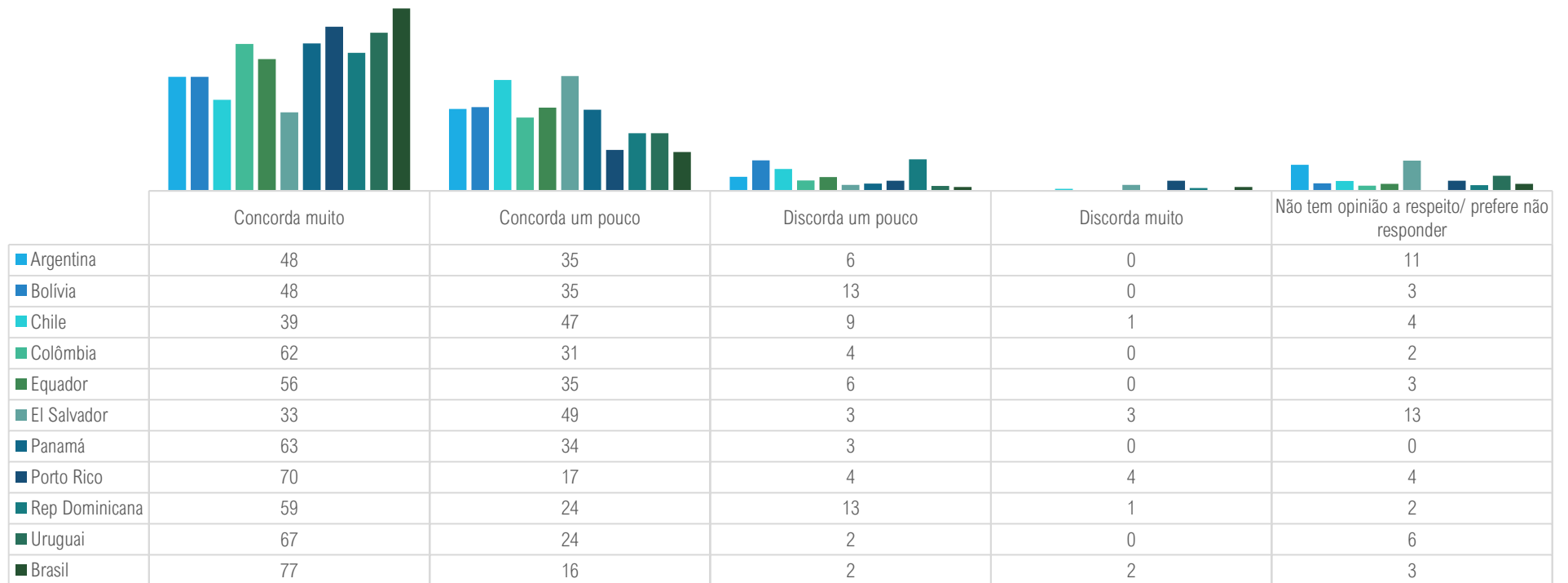




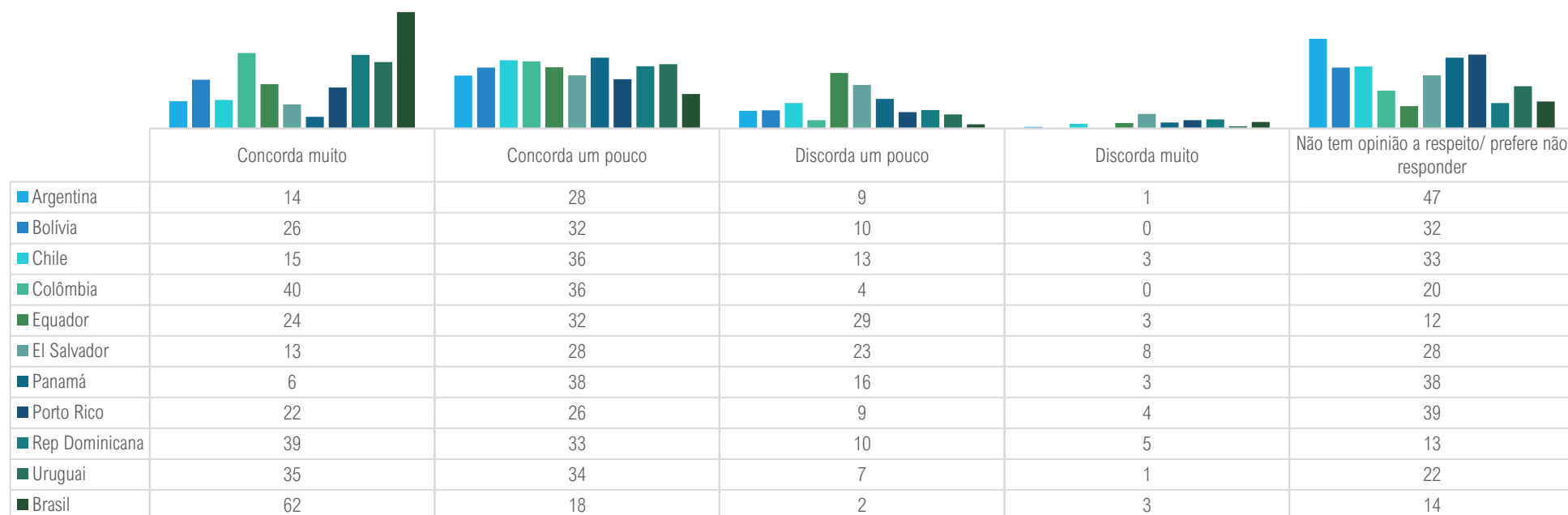
### Opinião dos magistrados e magistradas respondentes sobre o nível de estresse em relação ao passado

A pesquisa mostrou que a porcentagem de magistrados e magistradas que concordam "muito" com a afirmação de que *“o nível de estresse dos magistrados e magistradas é maior atualmente do que no passado”* varia significativamente entre diferentes países, sendo a mais alta no Brasil (77%) e a segunda no Porto Rico (70%). Em geral, mais da metade dos entrevistados concordou com a afirmação, com uma média de 55,6%. A porcentagem de magistrados e

magistradas que concordam "um pouco" com a afirmação variou de 16% no Brasil a 49% em El Salvador. Por outro lado, a porcentagem de magistrados e magistradas que discordaram "um pouco" ou "muito" da afirmação foi relativamente baixa, variando de 1% a 13%. Finalmente, a porcentagem de magistrados e magistradas que não tiveram opinião a respeito ou preferiram não responder variou de 2% a 13%.



**Opinião dos magistrados e magistradas respondentes sobre o aumento nos casos de depressão, síndrome do pânico, crises de ansiedade e suicídio em comparação há dez anos.**



A maioria dos magistrados respondentes concordou ou concordou parcialmente que os casos de depressão, síndrome do pânico, crises de ansiedade e suicídio têm se tornado mais frequentes entre essa categoria profissional nos últimos dez anos. O Brasil liderou as respostas, com 62% dos magistrados concordando muito. Em seguida, a Colômbia teve 40% de concordância. Se somadas as porcentagens dos que concordam muito ou parcialmente, o Brasil segue na frente com 80%, seguido do Chile com 76%. El Salvador, a Argentina e o Panamá tiveram menores porcentagens de magistrados que concordaram (41%, 42% e 44%, respectivamente). Além disso, houve um número considerável de magistrados que não opinaram ou preferiram não responder. Isso pode ser explicado pela preocupação com a privacidade, uma vez que esses profissionais podem não querer compartilhar suas opiniões em questões pessoais como a saúde mental.